

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contra-Razões e Decisões

RECURSO :

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Ref.: Pregão Eletrônico n.º 37/2019

Processo Administrativo Digital (PAD) n.º 9327/2019

CVAS REFRIGERAÇÃO LIMITADA-ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 26.669.875/0001-74, situada na Rua Mossoró, 43 - Loja D - Méier - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20775-110, vem, respeitosa e tempestivamente, à Vossa Senhoria, com fulcro na Seção XII do Edital do Pregão c/c artigo 26, do Decreto n.º 5.450/05, interpor o presente

RECURSO ADMINISTRATIVO

com preliminar pedido de reconsideração, contra a decisão que classificou em primeiro lugar a proposta apresentada pela empresa AR PROJECT COMERCIAL E SERVICOS LTDA, pelos fatos e fundamentos a seguir aduzidos:

1 - BREVE INTRÓITO

Foi publicado por essa r. SEÇÃO DE LICITAÇÕES, edital de licitação na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, cujo objeto reporta-se à "CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO NOS DUTOS DOS SISTEMAS DE AR CONDICIONADO DO EDIFÍCIO SEDE, EDIFÍCIO ANEXO E PRÉDIO DOS CARTÓRIOS ELEITORAIS DA CAPITAL, DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO ANEXO I DO EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA."

Todavia, depois da análise dos documentos de habilitação apresentados pela empresa classificada em primeiro lugar, constatou-se que ela deixou de atender as regras do Edital e da legislação em vigor que rege a atividade, ferindo de morte os PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE E DA VINCULAÇÃO DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO.

Antes de adentrar à questão meritória, impende registrar que a pessoa jurídica, ora recorrente, interpõe o presente Recurso Administrativo na qualidade de colaborador desse r. TRE/BA, com a mais lúdima boa-fé e respeito para essa importante e essencial Instituição.

2 - DOS ITENS NÃO ATENDIDOS PELA EMPRESA DECLARADA VENCEDORA

2.1 - DA INCOMPATIBILIDADE ENTRE O OBJETIVO SOCIAL DA AR PROJECT COMERCIAL E SERVICOS LTDA E AS REGRAS DO EDITAL.

A Seção II do Edital assim dispõe, verbis:

"SEÇÃO II - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

2.8 - NÃO PODERÃO PARTICIPAR DESTA LICITAÇÃO:

h) EMPRESÁRIO E SOCIEDADE EMPRESÁRIA OU SIMPLES CUJA INSCRIÇÃO, CONTRATO SOCIAL OU ESTATUTO INDIQUE OBJETO QUE NÃO SEJA PERTINENTE E COMPATÍVEL COM O OBJETO DESTA PREGÃO; "

Tal regra editalícia não está sendo atendida pela empresa declarada vencedora, pois vejamos o que está estipulado como OBJETO SOCIAL, da Certidão Simplificada Digital apresentada pela ora Recorrida:

"INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA, OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL, INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, SANITÁRIAS E DE GÁS, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS CENTRAIS DE AR CONDICIONADO, DE VENTILAÇÃO E REFRIGERAÇÃO, COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAL, ELÉTRICO, COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELÉTRICO, ATIVIDADES DE TELECOMUNICAÇÕES, CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, TRATAMENTO DE DADOS, PROVEDORES DE SERVIÇOS DE APLICAÇÃO E SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM NA INTERNET, ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO, ATIVIDADES DE MONITORAMENTO DE SISTEMAS DE SEGURANÇA ELETRÔNICO, REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES E DE EQUIPAMENTOS PERIFÉRICOS, MANUTENÇÃO DE REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA." (sic)

Ora, o objeto da presente licitação é a LIMPEZA E DESINFECÇÃO DA REDE DE DUTOS, mas na leitura do objetivo social da empresa, por intermédio da Certidão Simplificada apresentada NÃO CITA SEQUER UMA PALAVRA QUE INDIQUE A ESPECIALIZAÇÃO NA ATIVIDADE DE LIMPEZA DE DUTOS. Portanto, fica claro que o objetivo daquela empresa não se coaduna com o objeto do instrumento convocatório.

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 08/10/2019 08:38:44

Por: SIVALDO TAVARES DE JESUS

TRE

Vale repisar que a finalidade precípua de toda licitação, além da seleção da proposta mais vantajosa – em respeito aos princípios da competitividade e isonomia – É A OBTENÇÃO DO OBJETO, que neste caso é a “LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DOS DUTOS”, e não uma manutenção preventiva e corretiva de sistema de ar condicionado.

Dito com outras palavras: uma empresa que possui como objetivo social a instalação e manutenção em sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração não pode ser considerada especializada do mesmo ramo do objeto licitado.

Ressalte-se que essas atividades não são sinônimas, haja vista que nem toda empresa instituída à realizar manutenção e instalação de ar está apta a limpar dutos e o contrário também é verdadeiro, nem toda empresa instituída para limpar dutos está apta a instalar e manter aparelhos de ar condicionado.

Essa distinção está expressa na própria Portaria 3.523/98 do Ministério da Saúde (Mencionada no item 1 do Termo de Referência do Edital), pois uma coisa é a atividade de LIMPEZA e outra coisa é a atividade de MANUTENÇÃO, conforme destacamos a seguir:

Art. 4º Adotar para fins deste Regulamento Técnico as seguintes definições:

g) LIMPEZA: procedimento de manutenção preventiva que consiste na remoção de sujidade dos componentes do sistema de climatização, para evitar a sua dispersão no ambiente interno.

h) MANUTENÇÃO: atividades técnicas e administrativas destinadas a preservar as características de desempenho técnico dos componentes ou sistemas de climatização, garantindo as condições previstas neste Regulamento Técnico.

Essa diferenciação tanto é verdade na prática que em dezenas de editais de licitação das esferas Municipal, Estadual ou Federal para contratar empresas de manutenção de sistemas de ar condicionado é permitida a subcontratação, pela empresa mantenedora, de outra empresa especializada em limpeza e higienização de dutos de ar condicionado, ratificando o que aqui se afirma.

Tal incompatibilidade do objetivo social da empresa com o objeto do edital já seria motivo suficiente para inabilitar a empresa declarada vencedora, conforme determina o item “OBSERVAÇÃO” da cláusula 10.1.3 do Ato Convocatório:

“OBS: O DOCUMENTO DE HABILITAÇÃO JURÍDICA DEVERÁ EXPRESSAR OBJETO SOCIAL PERTINENTE E COMPATÍVEL COM O OBJETO DA LICITAÇÃO.”

Mas não é só.

2.2 – DA NÃO COMPROVAÇÃO DE REQUISITO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO.

Mesmo que se considerasse aceitável a participação da empresa sem o objetivo social compatível com o objeto do presente certame, existe outro erro que não habilita de pronto a RECORRIDA no presente certame, merecendo que o Atestado de Capacidade Técnica PROFISSIONAL seja, no mínimo diligenciado, pois ao que parece o Engenheiro Responsável Técnica vinculado à empresa RECORRIDA não atende também ao subitem 10.1.7 letra “C” que trata da qualificação técnica profissional.

Pois vejamos:

O Edital estabelece dois requisitos técnicos distintos também previstos na Lei Geral de Licitações que são:

- 1) a Qualificação Técnica Operacional (ou seja, da empresa licitante) e
- 2) a Qualificação Técnica Profissional (ou seja, do Engenheiro Responsável Técnico da Licitante).

Quanto a qualificação técnica da empresa pela apresentação do Atestado emitido pelo ATACADÃO DISTRIBUIÇÃO COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA, parece estar atendido. No entanto, causa espécie se o ENGENHEIRO RESPONSÁVEL TÉCNICO realmente possui a expertise em serviços de limpeza de dutos, pois verifica-se em informações extraídas da CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA FÍSICA Nº 27999/2019 e CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA JURÍDICA Nº 18566/2019, ambas apresentadas pela própria licitante, que o Engenheiro Mecânico, foi incluído no CREA-BA como responsável técnico da empresa licitante, APENAS EM 14/05/2019.

Ora, o Atestado Emitido pelo ATACADÃO informa que foi firmado o 4º Termo Aditivo que postergou a vigência do ajuste de 16 de MARÇO de 2019 a 15 de MARÇO de 2020.

Como o Engenheiro foi incluído como responsável técnico apenas a partir de 14/05/2019 e a presente licitação teve a sua abertura em 25/09/2019, mostra que o engenheiro está no contrato há apenas 1/3 de sua vigência.

A DÚVIDA RESIDE EM SABER - EM SEDE DE DILIGÊNCIA - SE NESSE CURTO PERÍODO DE VINCULAÇÃO AO CONTRATO, SE O ENGENHEIRO GERENCIOU A ATIVIDADE DE LIMPEZA DOS 2.000 (DOIS MIL) METROS LINEARES DE DUTOS INFORMADO NO ATESTADO.

Ora, a letra "C" do subitem 10.1.7 – Qualificação técnica assim estabelece:

"c) Comprovante, mediante a apresentação de Certidão de Acervo Técnico emitida pelo CREA, acompanhada do respectivo atestado fornecido pelo contratante dos serviços, DE QUE O RESPONSÁVEL TÉCNICO DA LICITANTE JÁ EXECUTOU SERVIÇO DE LIMPEZA DE DUTOS DE AR CONDICIONADO; "

A regra editalícia não deixa dúvidas de que deve ser comprovado que o responsável técnico JÁ TENHA EXECUTADO SERVIÇO DE LIMPEZA DE DUTOS. No entanto, com a recente inclusão do engenheiro no quadro técnico da empresa licitante, isso não fica expressamente comprovado, pois como ainda faltam 06 (seis) meses para acabar a vigência contratual, o que garante que a atividade de limpeza dos dutos já foi executada no período do atual engenheiro? Para esclarecer, somente em sede de diligência entre o Órgão Contratante e a empresa emissora do Atestado.

2.3 – DA NÃO COMPROVAÇÃO DE HABILITAÇÃO JURÍDICA.

Tanto a Seção X, quanto a Seção XI do Edital, mencionam os documentos de habilitação que deverão ser apresentadas pelo licitante ou até mesmo consultado pelo Sr. Pregoeiro para verificar a sua habilitação no presente certame. Entretanto, após ser convocado no chat, o licitante não apresentou nenhum dos documentos previstos nos subitens 10.1.4 (Regularidade fiscal) e 10.1.5 (Regularidade Trabalhista).

Embora exista a previsão do subitem 10.7 que faculta ao Sr. Pregoeiro a consulta nos sites específicos para verificar a regularidade fiscal e trabalhista do licitante nesses quesitos, em mensagem no chat do certame o Sr. Pregoeiro menciona apenas a análise dos seguintes documentos:

"Pregoeiro - 25/09/2019 10:50:00 - Para AR PROJECT COMERCIAL E SERVICOS LTDA - Verificada a autenticidade no site do CREA do Registro e da Certidão de Acervo Técnico. Verificada a autenticidade da certidão negativa de falência." (SIC)

Em momento algum o Sr. Pregoeiro menciona a consulta e análise dos demais documentos habilitatórios previstos no Edital, ferindo de morte os PRINCÍPIOS DA TRANSPARÊNCIA, LEGALIDADE, ISONOMIA e INTERESSE PÚBLICO.

3 – DO PEDIDO

Por todo o exposto, requer seja conhecido e provido pelo Pregoeiro o presente RECURSO ADMINISTRATIVO, através do deferimento dos itens ora arguidos, na forma acima requerida, para que seja reformulada a r. decisão que julgou habilitada a empresa AR PROJECT COMERCIAL E SERVICOS LTDA, pois:

- 1) Não possui objeto social compatível com o objeto da licitação;
- 2) Não comprovou a experiência do Engenheiro Responsável Técnico.

Caso o Sr. Pregoeiro não reformule sua decisão, solicitamos que submeta o relatório para deliberação da Autoridade Superior, nos termos do inciso IV, art. 8º e inciso VII, do art. 11, do Decreto n.º 5.450/05, para que a mesma possa dar provimento ao presente pedido.

Termos em que,
Pede Deferimento.

Rio de Janeiro, 02 de outubro de 2019.

CVAS REFRIGERAÇÃO LTDA

Fechar